DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO

Edição nº 002 | Maio de 2026 | Impressão: SN Grá ica | Tiragem: 1000 Exemplares



02 Por um recomeço e para um Moçambique (verdadeiramente) plural

06 Por um Judiciário forte e independente

07 Necessário eliminar o paradoxo entre a riqueza e a pobreza estrutural

09 Transformar Administração Pública requer uma visão nacional clara

NOTA DE ABERTURA

O DIÁLOGO Nacional Inclusivo é, quiçá, a mais importante plataforma de criação de harmonia que Moçambique adoptou desde que se definiu como estado de direito democrático. Nos cerca de 30 anos desde que o país realiza eleições gerais regulares, em ciclos de cinco anos, os escrutínios estiveram sempre envoltos em querelas, antes bipolarizadas entre a Frelimo, que governa desde 1975, e a Renamo, antigo movimento de guerrilha e principal partido da oposição até às penúltimas eleições. Nas últimas, novos actores surgiram suplantando a bipolaridade entre a Frelimo e a Renamo. O candidato presidencial oficilmente segundo mais votado nas últimas eleições, Venâncio Mondlane, apoiado pelo partido Podemos e, na verdade, por vários sectores da oposição, promoveu manifestações que praticamente paralisaram Moçambique, por considerarem o processo eleitoral fraudulento e por isso ilegítimos o Presidente da República e a configuração da Assembleia da República. Devido aos contornos dos protestos, que incluem perdas de vidas humanas, destruição de infra-estrututras e paralização quase total da economia.

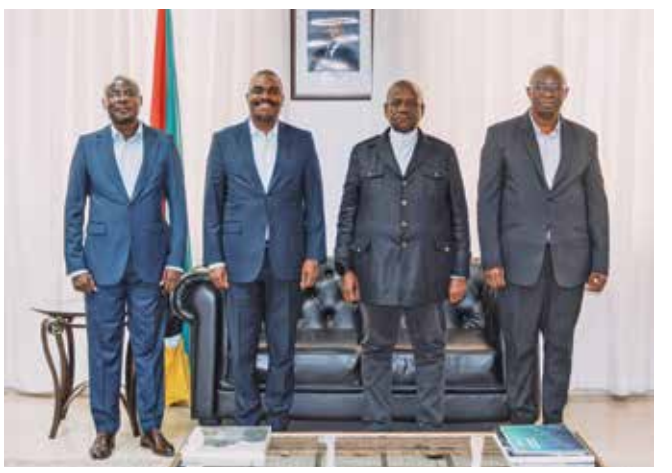
É neste contexto que surge o Diálogo Nacional Inclusivo, através do qual todos os sectores da sociedade moçambicana procuram consensos para fazer do país um lugar de harmonia. Iniciou-se a 10 de Setembro de 2025 como uma viragem na metodologia do debate de temas vitais e estruturantes dos moçambicanos.

O presente suplemento explica o funcionamento do processo, que definiu pilares sob os quais deve ser erguida a plataforma de entendimento, para o que junta actores dos mais formais aos informais, entre os quais políticos, académicos, membros das organizações da sociedade civil e público em geral que, seja onde estiverem, podem dar o seu contributo para um Moçambique melhor. O país vê neste diálogo, portanto, uma oportunidade para a refundação do Estado moçambicano.

À BUSCA DA HARMONIA
POR MOÇAMBIQUE E PARA MOÇAMBIQUE



PLATAFORMA DE PARTICIPAÇÃO ABERTA A TODOS OS CIDADÃOS 03



DEFESA E SEGURANÇA EXIGE CONSENSO E REFORMAS ESTRUTURAIS 05

DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO

POR UM RECOMEÇO E PARA UM MOÇAMBIQUE (VERDADEIRAMENTE) PLURAL

Moçambique caracterizou-se, nos últimos 50 anos, que correspondem ao seu período de independência, por ciclos de violência. A guerra de 16 anos até 1992 opondo o governo e a Renamo, primeiro movimento de guerrilha e depois do fim do conflito partido político, foi o principal dos conflitos. Seguiram-se outros, que embora territorialmente localizados, do ponto de vista de acções armadas, foram desencadeados pelos mesmos actores, por divergências na condução política do país.

Motivações políticas estiveram sempre por detrás das desinteligências entre o governo moçambicano e a Renamo, paliativamente resolvidas em sede de diálogos que culminavam com entendimentos nem sempre consistentes e às vezes consubstanciando sementes para novos desentendimentos, como em assuntos ligados à gestão de processos eleitorais ou a visões divergentes sobre os mais variados aspectos da gestão do país.

Entretanto, apesar de a bipolarização ser dominante nos conflitos vividos por Moçambique na maior parte do seu período de país independente, mais conflitos se registaram no país. O Governo e a Renamo chegaram ao que se chamou Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação Nacional, a 6 de Agosto de 2019, visando a paz definitiva. Mas desenvolvimentos políticos subsequentes produziram outras formas de conflito, desta vez longe das matas que consistiam o polo das acções armadas entre o governo liderado pela Frelimo e a Renamo, o segundo maior partido do país.

Após as eleições gerais de 2024, amplamente contestadas pela oposição e questionadas por muitos sectores da comunidade internacional, manifestações populares paralisaram o país. Tendo como catalisador o oficialmente segundo candidato presidencial mais votado, Venâncio Mondlane, cidadãos de diversos extractos fizeram-se às ruas e praticamente paralisaram Moçambique entre finais de 2024 e inícios de 2025.



A violência destas manifestações resultou em mortes e destruição principalmente de infra-estruturas e bens de produção, ao que se adicionam pilhagens e inviabilização de quase todas as actividades públicas e privadas. O extremar de posições, em declarações tanto de representantes governamentais como do candidato da oposição que reivindicava vitória, secundado por outros segmentos do xadrez político nacional, obrigou à mediação e a negociações.

É neste contexto que surge o Diálogo Nacional Inclusivo, processo promovido pelo Estado moçambicano reunindo instituições do governo, partidos políticos, sector privado, sociedade civil e outros segmentos da sociedade no país e no estrangeiro para discutir e construir consensos sobre a gestão do país. Aspectos como a revisão da Constituição e do sistema de governação têm vindo a ser tratadas, ao mesmo tempo que interesses vários, de cidadãos ou de grupos, merecem debates aprofundados por todo o país.

Os pilares do diálogo desaguam na promoção da paz, estabilidade, justiça e inclusão social, há muito reclamados por vários sectores da sociedade.

POR UM MOÇAMBIQUE MAIS PLURAL E JUSTO

O Diálogo Nacional Inclusivo iniciou-se a 10 de Setembro de 2025, assinalando o início de uma viragem na metodologia do debate de temas vitais e estruturantes dos moçambicanos. Desde as negociações para o Acordo Geral de Paz alcançado em Roma em 1992 entre o governo moçambicano e a Renamo que o cenário de bipolarização se começou a enraizar no país, sedimentando-se praticamente em toda a era democrática, muitas vezes com fundamento em desentendimentos entre estes antigos beligerantes na guerra dos 16 anos. Nunca, como com o Diálogo Nacional Inclusivo, outros partidos políticos, organizações da sociedade civil ou outros segmentos da sociedade moçambicana tiveram espaço relevante para tomada de decisões estruturais para a vida política de Moçambique.





Mesmo em termos de gestão eleitoral, o principal cerne dos conflitos na bipolaridade de então, foi a Renamo a levar a reboque outros partidos da oposição para integrarem os órgãos eleitorais (num dos processos acordou-se a composição paritária da Comissão Nacional de Eleições entre a Frelimo, partido que sustenta os governos moçambicanos desde a proclamação da independência nacional, e a oposição). Idem em relação à integração de representantes da sociedade civil na CNE, que resultou mais das vontades da Frelimo e da Renamo do que necessariamente de processos que envolvam outras forças vivas da sociedade.

A nova fórmula constitui um corte com o monopólio bipolarizado da Frelimo e da Renamo. Os acontecimentos que se seguiram às eleições gerais de Outubro de 2024 são o marco que levou a encarar seriamente a necessidade de uma mudança no modo como os moçambicanos devem passar a resolver as suas diferenças.

No auge da convulsão política de 2024 o então Presidente da República, Filipe Nyusi, começou a reunir-se com diversos líderes políticos, incluindo os de formações sem representação na Assembleia da República, conferindo uma matriz mais abrangente ao diálogo político.

Depois de assumir a chefia do Estado, Daniel Francisco Chapo, declarado vencedor nas eleições que geraram a discórdia, manteve o caminho, lançando a ideia de um Diálogo Nacional Inclusivo.

Daniel Chapo promoveu a assinatura, a 5 de Março, do Compromisso para o Diálogo Nacional Inclusivo, com o envolvimento de nove partidos políticos, depositando depois esse instrumento na Assembleia da República para debate que culminou com a sua aprovação em forma de lei, a 2 de Abril, por unanimidade e aclamação, dos três instrumentos essenciais que passaram guiar o processo. São eles o Plano de Acção, os Termos de Referência para a selecção de representantes da sociedade civil e o Regulamento de Funcionamento da Comissão Técnica.

A lei que institucionaliza o Compromisso para um Diálogo Nacional Inclusivo (Lei n.º 1/2025, de 11 de Abril) foi então promulgada e mandada publicar pelo Presidente da República, em sede do Boletim da República, ao que se seguiu ao seu lançamento a 10 de Setembro.

Assim, o processo passou a decorrer com respaldo na lei, gozando do cariz inovador e incluir a participação da sociedade civil, que conta com três dos 21 assentos que compõem a Comissão Técnica (COTE), criada pelo Decreto Presidencial n.° 17/2025, de 5 de Maio, para materializar Compromisso para um Diálogo Nacional Inclusivo.

O conteúdo do resultado do diálogo será vertido em proposta de lei, a ser submetida pelo Presidente da República ao Parlamento.



Presidente da República convida todos os moçambicanos a participarem

PLATAFORMA DE PARTICIPAÇÃO ABERTA A TODOS OS CIDADÃOS

A ABRANGÊNCIA do Diálogo Nacional Inclusivo é igualmente assegurada pelo debate em todas as províncias e distritos do país, ao longo dos dois anos reservados para esta operação. Foram identificados 10 grupos temáticos com uma força estruturante para a vida dos moçambicanos, o que assegura a transversalidade das matérias do diálogo.

O processo de auscultação pública para o Diálogo Nacional Inclusivo foi lançado a 6 de Outubro do ano passado em todas as capitais provinciais, abrangendo também a diáspora.

Essencialmente, o Diálogo Nacional Inclusivo visa aprimorar a democracia, desenvolvimento e reformas estruturais do Estado e é igualmente corroborada pelo forte apoio dos parceiros de Moçambique, casos da União Europeia (UE) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No lançamento nacional, na cidade de Maputo, o Presidente da República, Daniel Chapo, destacou que o processo é uma plataforma de participação aberta a todos os moçambicanos, pelo que cidadãos de todos os estratos sociais, políticos, culturais e outros têm espaço para debater e propor ideias para o alcance de uma plataforma que permita a melhor gestão do país. Segundo Daniel Chapo "unidos é possível construir um país desenvolvido, por isso, queremos desenvolver Moçambique e não há desenvolvimento possível sem paz e segurança", ao mesmo tempo que enalteceu o trabalho desenvolvido pela COTE. "Não há nem um moçambicano sequer que está excluído. Ninguém precisa de fazer requerimento nem de enviar carta para fazer parte do Diálogo Nacional Inclusivo - estamos todos convidados", afirmou o Presidente, garantindo que nenhum moçambicano ficará de fora do processo.

O Presidente da República reconheceu e destacou o papel dos parceiros de cooperação por terem acreditado e decidirem apoiar Moçambique neste processo que surge num momento que definiu como decisivo do futuro do país.

Chapo assinalou que a União Europeia, cujo apoio é canalizado através do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD) e Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (Fundação MASC), reafirma-se como um parceiro estratégico que acredita no potencial do povo moçambicano e na sua capacidade de construir consensos duradouros.

COMISSÃO TÉCNICA E METAS ATÉ ABRIL DE 2027

O DIÁLOGO Nacional Inclusivo é coordenado por uma Comissão Técnica (COTE) dirigida pelo político e académico Edson Macuácua, que desde a primeira hora se comprometeu por um trabalho transparente.

O docente de Direito e antigo deputado da Assembleia da República faz questão de afastar os receios de uma acção minada por interesses partidários ou particulares, avançando que seriam criadas brigadas que irão trabalhar em todas as províncias, distritos e na diáspora com vista a auscultar e a criar espaço para que todas as pessoas possam participar.

Tal, de facto, está a acontecer, com a inclusão nos trabalhos de cidadãos das mais variadas esferas da vida de Moçambique, o que faz preceito aos pressupostos definidos.

Foram definidos dez grupos temáticos para o acolhimento das propostas dos cidadãos nos vários temas que constituem preocupações presentes e futuras do país, designadamente Assuntos Constitucionais; Assuntos Eleitorais; Assuntos Fiscais; Assuntos Económicos; Administração Pública e Despartidarização; Recursos Naturais; Defesa e Segurança; Justiça; Reconciliação e Unidade Nacional; e Descentralização e Desconcentração.

A direcção do processo conducente à materialização do compromisso político para um diálogo nacional inclusivo é liderada pelo Presidente da República, em articulação com os presidentes ou dirigentes dos partidos signatários.

O Diálogo Nacional Inclusivo é composto por seis etapas e vai decorrer até Abril de 2027. A primeira etapa, de auscultação pública, revisão da literatura e estudos do Direito Comparado, arrancou a 10 de Setembro de 2025, com a cerimónia de lançamento, e terminou em Novembro.

A sexta e última etapa deverá decorrer de Janeiro a Abril de 2027 e vai compreender a submissão de propostas legislativas à Assembleia da República pelo Presidente da República, para a criação de um amparo legal dos subsídios que vão ser recolhidos ao longo do processo do Diálogo Nacional Inclusivo.









ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS

A POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DOS PODERES PRESIDENCIAIS

A REFORMA estrutural do Estado, com enfoque na descentralização, redução dos poderes do Presidente da República e na consolidação da autonomia do poder judicial constitui uma das mais badaladas preocupações dos cidadãos no contexto da abordagem dos Assuntos Constitucionais no Diálogo Nacional Inclusivo.

Um dos principais motivos de preocupação dos moçambicanos é a gestão do Estado, constantemente envolta em suspeições, polémicas e sentimentos de sectarismo que mais afastam do que fazem convergir os cidadãos. As instituições e os seus gestores caíram em descrédito, desacreditados por práticas nem sempre transparentes.

No quadro do Diálogo Nacional Inclusivo, numa reflexão direcionada à recolha de propostas para o pilar sobre a Reforma do Estado, o jurista e político Óscar Monteiro afirmou que o Estado moçambicano é uma "construção exógena", herdada do modelo europeu consolidado e que precisa de ser "endogeneizado", isto é, adaptado às realidades sociais e culturais do país.

"Nós estamos a viver com uma realidade que vem de fora. A solução não passa por rejeitar o modelo de Estado moderno, mas por torná-lo mais enraizado na sociedade moçambicana", sugeriu.

Entre as principais recomendações neste processo de transformação do Estado, Óscar Monteiro destacou a necessidade de aprofundar a descentralização política e administrativa como forma de integrar melhor as diferentes realidades culturais e regionais do país.

Segundo o jurista, Moçambique é atravessado por múltiplas zonas culturais e grupos etnolinguísticos, cuja integração plena no projeto nacional ainda constitui um desafio. "Devemos tentar endogeneizar esse modelo de Estado externo. Esse processo deve chegar a mecanismos que ampliem a participação cidadã para além do momento eleitoral", afirmou.

Monteiro recuperou experiências históricas como as assembleias populares e os grupos dinamizadores, sublinhando que, apesar das suas limitações, permitiram maior envolvimento dos cidadãos na gestão pública, pois "todos têm uma contribuição a dar. Não é apenas, no dia do voto, ir votar num partido. A contribuição de todos tem o seu valor para o progresso do país", disse.

Outro ponto central foi a concentração de competências no Chefe de Estado. Monteiro considerou haver consenso entre constitucionalistas quanto à necessidade de revisão desse modelo.

Recordou que Moçambique já experimentou modelos com maior separação entre funções presidenciais e governativas, nomeadamente quando a chefia do Governo foi atribuída ao primeiro-ministro.

Neste contexto, apontou para a importância de clarificar e respeitar o espírito constitucional, referindo-se ao artigo 148 da Constituição, que limita o exercício de funções pelo Presidente da República.

"Não se pode iniciar um processo de diálogo calcando aos pés uma das provisões fundamentais e claras da Constituição", advertiu.

Óscar Monteiro defendeu igualmente o reforço da independência do poder judicial, considerando que a autonomia das instituições é essencial para a credibilidade do Estado. "Estamos largamente de acordo com a necessidade de tornar o judiciário cada vez mais autónomo", sublinhou.

A seu ver, a reforma do Estado deve incidir prioritariamente sobre a organização e equilíbrio dos poderes públicos, como condição para consolidar a legitimidade institucional.

Ao abordar os desafios territoriais e culturais do país, Monteiro lembrou que Moçambique possui extensas fronteiras e realidades regionais distintas, apontando implicitamente para crises como a que afecta presentemente na província de Cabo Delgado.

Para o jurista, a reforma do Estado, aliada à descentralização e à inclusão política, constitui também uma estratégia de prevenção de conflitos. "Nós, como país, atravessamos várias zonas culturais. Algumas delas completamente diferentes das outras", frisou.



Óscar Monteiro propõe um estado enraizado na sociedade

DEFESA E SEGURANÇA EXIGE CONSENSO E REFORMAS ESTRUTURAIS

O país precisa de construir urgentemente um consenso nacional em torno da Defesa e Segurança, implementando reformas estruturais orientadas por um planeamento estratégico, inclusão e investimento sustentável para assegurar que o sector responda com qualidade às principais ameaças da actualidade.

A reflexão é do general Paulino Macaringue, antigo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), no âmbito do Diálogo Nacional Inclusivo, numa contribuição orientada a Reformas do Sistema de Defesa e Segurança em que defendeu que o país precisa de ultrapassar abordagens conjunturais e assumir este sector como prioridade do Estado.

Entre as principais recomendações, o militar destacou a necessidade de um pacto nacional que retire a Defesa e Segurança da esfera de disputas partidárias, consolidando-as como políticas públicas estruturantes, ao nível da Educação e Saúde.

Sugeriu que o país adopte um plano estratégico de longo prazo capaz de antecipar ameaças internas e externas em vez de reagir apenas a crises imediatas. Na sua análise, a fragilidade institucional resulta, em parte, de decisões tomadas sem continuidade estratégica.

"O levantamento e a reedificação de um sistema de Defesa e Segurança exigem tempo, consenso e investimento continuado", advertiu.



As FDS precisam de adoptar uma neutralidade irrepreensível no cumprimento das suas missões

REFORÇO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO

O general Macaringue propôs o reforço da capacidade técnica e operacional das Forças de Defesa e Segurança (FDS), com investimento consistente em formação, equipamento e inteligência, de modo a acompanhar a crescente sofisticação das ameaças, incluindo o terrorismo e as redes criminosas transnacionais.

Recomendou igualmente maior integração entre os diferentes ramos das FDS, promovendo uma actuação coordenada e eficiente na protecção do território, da população e dos interesses nacionais.

Outro ponto central foi é o aprofundamento da cooperação regional e internacional. Macaringue defendeu uma articulação mais activa no espaço da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), sublinhando que as ameaças actuais ultrapassam fronteiras e exigem respostas conjuntas.

Ainda assim, advertiu que a cooperação externa não deve substituir a responsabilidade primária do Estado moçambicano na defesa do seu território, recomendando equilíbrio entre soberania e parceria estratégica.

INCLUSÃO E IDENTIDADE NACIONAL

No plano interno, recomendou que as FDS se afirmem como espelho da diversidade nacional, promovendo inclusão étnica, regional e social no seu seio. Para o general, instituições representativas fortalecem a coesão e consolidam a unidade nacional.

Defendeu políticas de recrutamento e promoção baseadas no mérito, mas sensíveis à pluralidade do país, como forma de reforçar o sentimento de pertença e confiança nas instituições.

Reiterou que investir na Defesa e Segurança deve ser entendido como investimento estratégico e não como despesa supérflua. Segundo argumentou, estabilidade e confiança institucional são condições indispensáveis para atrair investimento e garantir crescimento económico sustentável.

"Não há desenvolvimento sem segurança, nem segurança sem desenvolvimento", afirmou, sublinhando que qualquer projecto nacional depende de paz duradoura.

EDUCAÇÃO PRINCIPAL MEIO PARA FORTALECER

A CONSOLIDAÇÃO de um sistema de Defesa e Segurança capaz de enfrentar as ameaças actuais exige uma base sólida no sector da Educação, com enfoque no saber prático e na formação de valores estratégicos para fortalecer a soberania nacional.

A posição foi defendida pelo tenente-general, Bertolino Capitine, antigo vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), intervindo no pilar de Reformas dos Sistemas de Defesa e Segurança, considerando o investimento no ensino condição essencial para a materialização de transformações e avanços dentro deste sector e para o desenvolvimento do país.

O antigo vice-chefe sustentou que o poder militar não é o único instrumento de soberania. Para ele a capacidade de um país se defender está directamente ligada à qualidade da sua Educação, à força da sua economia e à solidez das suas infra-estruturas.

Capetine defendeu que as fragilidades da defesa nacional começam antes dos quartéis, tendo origem na qualidade do ensino oferecido às crianças e jovens. Em muitas regiões, observou, persistem condições precárias de aprendizagem que comprometem a formação de cidadãos preparados.

"Para termos um militar forte e disciplinado, a sociedade precisa produzir bem. A má alimentação e a falta de educação reflectem-se directamente na capacidade de defesa do país. É preciso investir no saber fazer, saber ser e saber estar", afirmou.

Segundo Capitine, uma sociedade vulnerável do ponto de vista nutricional e educativo tende a gerar instituições igualmente frágeis. Para o tenente-general, o reforço do investimento no sistema educativo deve ser encarado como estratégia de soberania e não apenas como política social.

O oficial-general destacou ainda que estradas, linhas-férreas, portos, energia e comunicações são instrumentos estratégicos de soberania, por garantirem mobilidade civil e militar. "Um país com vias degradadas, comunicações frágeis e logística deficiente é um território vulnerável", frisou.

Capitine relacionou igualmente a robustez da Defesa e Segurança à pujança económica do país. Alertou que a dependência externa para suprir necessidades básicas enfraquece a autonomia nacional e compromete a segurança a longo prazo. Na sua visão, a gestão eficiente dos recursos naturais e a promoção da produção interna são factores determinantes para consolidar a soberania.

Invocando a Constituição da República, o tenente-general sublinhou que a protecção da soberania e da integridade territorial é responsabilidade colectiva.

"A defesa é feita por militares e não militares. Todos nós temos a obrigação moral de proteger o nosso país. Segurança e defesa são indissociáveis quando falamos de soberania nacional", declarou.

Ao mesmo tempo, foi categórico ao advertir sobre os riscos da partidarização das Forças Armadas, sublinhando que uma instituição desta natureza não pode ser portal de influência política.

"As Forças Armadas não são extensão de partidos políticos. A única bandeira que deve existir nos quartéis é a bandeira nacional. Misturar política partidária com armas é um risco para o Estado", enfatizou.

Entre as medidas propostas, Capitine apontou a necessidade de actualizar a legislação de defesa, clarificar missões institucionais, modernizar a estrutura militar e reforçar o diálogo entre o poder político e os executores da defesa.

Observou ainda que o orçamento do sector tem registado constrangimentos, defendendo maior robustez financeira como condição para a modernização e reforma sustentável do sistema.

"Não se constrói uma defesa séria sem investir no pilar essencial que sustenta qualquer Estado moderno: a educação. Sem educação de qualidade, não há militares preparados, não há polícia eficiente, não há dirigentes competentes", concluiu.



POR UM JUDICIÁRIO FORTE E INDEPENDENTE

A reforma do sistema de justiça deve ter enfoque nos mecanismos de indicação dos titulares dos órgãos judiciais e na independência financeira e administrativa do sector como forma de atribuir mais autonomia e credibilidade.

O posicionamento vem do juiz conselheiro jubilado João Trindade, que prestou subsídios no pilar de Reformas do Sistema de Justiça no Diálogo Nacional Inclusivo, onde defendeu que qualquer alteração ao modelo vigente deve preservar o princípio da separação e interdependência de poderes, evitando soluções extremadas.

"A questão dos mecanismos de indicação reconduz-nos a uma das áreas mais problemáticas do estado de direito democrático: a relação entre o poder político e o poder judicial e a afirmação do princípio da independência dos tribunais", opinou.

Actualmente, o Presidente da República mantém a competência de nomear os presidentes do Tribunal Supremo, do Tribunal Administrativo e do Conselho Constitucional, ouvidos os respectivos Conselhos Superiores. Para os intervenientes, o modelo pode ser aperfeiçoado sem que se comprometa o equilíbrio institucional.

Entre as recomendações apresentadas estão o reforço do papel dos Conselhos Superiores das Magistraturas, maior transparência nos critérios de seleção e um debate aprofundado sobre formas de ampliar a participação interna dos magistrados nos processos de governação judicial.

"Mais do que definir contornos rígidos entre os poderes, importa examinar se as soluções adotadas cumprem o programa constitucional e garantem efetivamente a defesa da independência dos tribunais", sublinhou.

Contudo, surgiram reservas quanto à proposta de fixar na Constituição uma percentagem obrigatória do Orçamento Geral do Estado destinada aos tribunais.

"Toda e qualquer análise às fragilidades orçamentais do Judiciário deve conter-se nos limites do razoável e não resvalar para puras atitudes de reivindicação corporativa", frisou.

Foi ainda sugerida a realização de um estudo aprofundado sobre a economia política do setor, com vista a fundamentar decisões futuras sobre financiamento e gestão.

Defendeu ainda que reforma do sistema de justiça deve ser estrutural e não meramente conjuntural, evitando alterações pontuais que não enfrentem os problemas sistémicos do sector.

REFORMA COM SUSTENTABILIDADE

O sistema de administração da justiça dever ser menos corporativa e centrada na sustentabilidade financeira e na redefinição do papel da justiça no contexto social acompanhando a evolução dos tempos, na visão do jurista e antigo vice-presidente da Assembleia da República, Abdul Carimo.

Intervindo no pilar do Sistema de Justiça do Diálogo Nacional Inclusivo, Carimo traçou uma leitura histórica da evolução do sistema judicial, distinguindo dois momentos fundamentais: o período pós-independência, marcado por um modelo concentrado e endógeno, e a fase iniciada com a Constituição de 1990, caracterizada pela expansão de direitos e pela diversificação institucional.

"O sistema foi sempre construído a partir da visão que cada jurisdição tinha de si própria. Juntávamos essas visões sectoriais e chamávamos a isso plano estratégico da Justiça."

Segundo explicou, as reformas anteriores careceram de uma visão integrada e de um estudo prévio sobre a sustentabilidade económica do sector, o que comprometeu a implementação de algumas iniciativas, como os tribunais superiores de recurso.



Mais do que lugares de justiça, os tribunais devem ser lugares de lisura

Na sua explanação, o jurista recomendou a introdução de eleição com mandato para os dirigentes judiciais. Este seria o mecanismo de designação para funções de direcção com limites temporais claros.

"O Presidente do Tribunal Supremo deve ser eleito, mas deve ter mandato. Termina o mandato e regressa às funções de juiz. O princípio electivo deve comandar a vida pública, mas com limitação de mandatos."

Sobre a autonomia financeira do judicial em Moçambique, Abdul Carimo reconheceu a sua importância, mas questionou a viabilidade prática de discutir percentagens fixas do Orçamento do Estado num contexto de restrições severas.

"Num país que não consegue contratar médicos formados por falta de orçamento, como posso discutir a independência financeira do sector?"

Para o jurista, qualquer reforma deve ser acompanhada de princípios de racionalidade económica e sustentabilidade, evitando decisões que não tenham respaldo na realidade financeira do país.

O orador destacou que, há mais de 30 anos, os discursos de abertura do ano judicial repetem quatro questões estruturantes que deveriam orientar qualquer reforma: a acessibilidade, celeridade e eficiência; previsibilidade das decisões e confiança pública.

"Não confundo acesso à justiça com acesso aos tribunais. Justiça vai muito além dos tribunais estatais.", expressou.

Nesse sentido, defendeu o reforço de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, como arbitragem, mediação e justiça comunitária, apontando que muitos debates africanos sobre reforma judicial centram-se precisamente na definição do papel dessas formas de justiça.

RECURSOS NATURAIS

NECESSÁRIO ELIMINAR O PARADOXO ENTRE A RIQUEZA E A POBREZA ESTRUTURAL



Recursos como o carvão são mais motivo de discórdia do que de desenvolvimento

O PAÍS precisa de rever o modelo de gestão dos recursos naturais, devendo apostar numa abordagem que permita maior descentralização, transparência e participação comunitária como forma de garantir a efectiva melhoria das condições de vida da população.



Esta é a proposta para a lógica de exploração dos recursos naturais apresentada pelo jurista e ambientalista Carlos Serra, que explica a existência de um paradoxo de Moçambique ser um país abundantemente rico em recursos mas continuamente marcado por profundas desigualdades e pobreza nas regiões de onde essa riqueza é extraída.

Entende que o actual modelo de gestão tem raízes históricas profundas, que remontam à Conferência de Berlim, que definiu a partilha de África pelos europeus, momento em que as fronteiras africanas foram definidas sob a lógica colonial e consolidado o princípio de que o Estado seria proprietário dos recursos naturais. Esse princípio foi mantido após a independência e reafirmado pela Constituição da República.

Embora Moçambique possua terra fértil, recursos hídricos, minerais, hidrocarbonetos, florestas, biodiversidade e potencial marinho significativo. Ainda assim, as regiões mais ricas continuam a apresentar elevados índices de pobreza.

A esta realidade de profundo contraste entre o potencial de desenvolvimento e a duro cotidiano da população, Carlos Serra classificou como "paradoxo da abundância", sublinhando que áreas com exploração intensa de recursos naturais continuam com escolas sem carteiras, serviços básicos deficientes e infra-estruturas fracas.

O exemplo do sector florestal foi destacado. Após o fim da guerra que durou 16 anos até 1992 registou-se uma corrida à exploração madeireira, sobretudo nas províncias centro e norte. Embora a legislação tenha previsto a atribuição de 20 por cento das taxas de exploração às comunidades locais, estudos de campo indicam que os benefícios foram, muitas vezes, meramente simbólicos.

Explicou ainda que intensa actividade mineira e a presença de maquinaria pesada e investimentos avultados nas diferentes zonas ricas em ouro nunca alterou positivamente a realidade das comunidades locais que enfrentam carências significativas de servicos basicos e infraestruturas.

"Se o ouro sai do país sem reforçar as nossas reservas e sem gerar desenvolvimento local, estamos a perder uma oportunidade estratégica", alertou.

A centralização das decisões foi apontada como um dos principais entraves. Muitas decisões sobre recursos naturais são tomadas a nível central, enquanto os impactos recaem sobre comunidades locais que têm pouca voz no processo.

"Não faz sentido que regiões riquíssimas continuem pobres porque as decisões são tomadas longe da sua realidade", afirmou.



FRAGILIDADES INSTITUCIONAIS ENTRAVES À MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

O impacto transformador dos recursos naturais na vida dos moçambicanos e no desenvolvimento do país depende da capacidade do Estado de renegociação de contratos, superar as fragilidades das instituições e reforma profunda no processo de governação.

Chamada a prestar contributo para o pilar da Reforma Politica de Exploração dos Recursos Naturais, a activista Fátima Mimbire sublinha que a transformação da riqueza mineral em bem-estar local e nacional depende menos da abundância dos recursos em si e mas da qualidade das instituições que devem trabalhar com mais patriotismo para converter os ganhos em vida melhor para o país.

Neste capítulo, Mimbire sugere revisão da prioridade dada ao interesse nacional através da renegociação de contratos, incluindo de benefícios fiscais, aumento do imposto de produção e ajuste dos mecanismos de partilha de lucros.

Ainda na sua linha de soluções para a transformação dos recursos em qualidade de vida e maximização de ganhos para o país, defende a criação de uma Autoridade da Indústria Extrativa independente e de de uma Comissão Nacional de Gestão de Recursos Naturais para integrarem decisões sobre terra, ambiente, mineração e reassentamentos.

O outro lado da moeda no dilema da exploração dos recursos minerais são os conflitos intercomunitários e tensões decorrentes de reassentamentos mal planeados.Num caso relatado em Palma, um líder comunitário, Mimbire questionou: "segundo explicou, comunidades reassentadas recebem infraestruturas, enquanto as comunidades hospedeiras permanecem excluídas, criando ressentimentos e insegurança. Há ainda conflitos de liderança e acusações de que o governo local não representa os interesses da população.

"Os recursos nunca foram maldição. O nosso problema é institucional: não negociamos bem, não monitorizamos bem e não coordenamos as instituições", afirmou.



REPENSAR A ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL



Os ciclos eleitorais têm sido caracterizados por suspeições e violências que justificam o aprimoramento da transparência

Moçambique precisa de repensar no seu modelo de administração eleitoral, comummente descrito como possuidor de grandes lacunas normativas e de funcionamento que ameaçam a confiança pública e alimenta a distância entre os eleitores e as forças políticas bem como com os órgãos que gerem os processos.

Esta observação é do pesquisador e especialista em assuntos eleitorais Miguel de Brito, na sua contribuição para o processo de Reformas no Sistema Eleitoral no âmbito da materialização do Dialogo Nacional Inclusivo.

Por anos, o trabalho da administração eleitoral tem sido questionada muitas vezes pela natureza da sua constituição que envolve membros designados por partidos politicos com reapresentação parlamentar e vulnerabilidades técnicas que comprometem a credibilidade do processo.

Incisivo ao observar o sistema eleitoral do país, de Brito explicou que Moçambique escolheu adoptar um modelo independente, com a Comissão Nacional de Eleições (CNE), o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) a serem reitores do processo. O Conselho Constitucional (CC) também é mencionado como também merecedor de reformas.

Esta configuração administrativa do processo eleitoral originou desafios para o reforço da imparcialidade funcional e na eficiência do próprio processo, muitas vezes questionado pelos concorrentes e outros intervenientes.

"O modelo moçambicano enfrenta críticas porque a maioria dos membros da CNE é nomeada por partidos políticos. Apesar de institucionalmente independente, é preciso reforçar a independência do comportamento, garantindo que as decisões sejam imparciais e profissionais", destacou.

De Brito incluiu ainda comparações com realidades internacionais, mostrando que órgãos multipartidários ou peritos independentes podem funcionar de maneira credível, desde que haja equilíbrio e mecanismos claros de seleção.

"É possível uma comissão eleitoral composta por partidos políticos ser independente, desde que todos os representados estejam em pé de igualdade e nenhum tenha privilégios sobre os outros", sugeriu.

O modelo de eleitores foi igualmente alvo de observação crítica de Miguel de Brito por reunir grandes vulnerabilidades de funcionamento e sobretudo por ser oneroso. "De cinco em cinco anos o eleitorado deve recensear-se enquanto a administração coloca milhares de brigadistas em regiões remotas. Este modelo é caro e compromete a qualidade do registo. Alternativas como registos contínuos ou integração com o registo civil poderiam reduzir custos e aumentar a credibilidade", explicou.

EQUILÍBRIO DE GÉNERO

Questões relacionadas com a inclusão social e a equidade de género foram sublinhadas como áreas prioritárias para a consolidação de uma democracia de paridade de género e alinhada aos contextos compromissos internacionais. "O uso de listas alternadas, homem-mulher, garantiria que qualquer bancada eleita tenha representação equilibrada de género. Isto ainda enfrenta resistência, mas é uma abordagem consolidada em vários países da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)", afirmou.

O financiamento de campanhas também mereceu atenção de Miguel de Brito na sua intervenção, referindo que a legislação actual regula parcialmente os fundos públicos, mas a regulação do financiamento privado é quase inexistente, deixando espaço para conflitos de interesse e falta de transparência.

NECESSIDADE DE UM CÓDIGO ELEITORAL

Outra ideia debatida no campo da administração eleitoral é a pertinência da criação de um



Código Eleitoral único, que permitiria estabilizar as regras do processo, reduzir a suspeita recorrente de que a lei é feita para servir uma eleição específica e reforçar a confiança dos actores políticos.

Para Eduardo Chiziane, jurista e especialista em direito eleitoral, esta acção viria colocar fim aos maiores entraves à credibilidade deste processo em Moçambique, que ganham mais tonalidade no processo de votação, apuramento, contagem de votos e contencioso eleitoral.

É que em Mocambique um dos maiores vectores das instabilidades vivida nos tempos eleitorais é relacionada à sua dispersão normativa do próprio processo, carregado de incongruências e ao facto de muitas normas serem produzidas com caráter de urgência e em cima do calendário eleitoral.

Na concepção de Chiziane a codificacao das normas eleitorais trariam uma harmonização profunda alinhada com boas práticas internacionais e implicaria a revogação das leis existentes. Entre as vantagens desta acção são destacadas a máxima coerência e clareza do sistema, a redução da complexidade normativa e o reforço da previsibilidade democrática.

Entretanto, a implementação desta reforma, segundo afirma Chiziane está refém de grandes desafios de natureza política e histórica, sobretudo pela necessidade de reunir entendimentos de actores com posicionamentos polarizados.

"Os desafios são significativos: exigem elevado consenso político, um investimento considerável em consultas públicas e superação da desconfiança histórica entre os atores políticos, uma vez que um código estabilizado reduz a margem para revisões conjunturais antes de cada eleição", sublinhou.

A gestão do contencioso eleitoral é tido como um das grandes pedras para a confiança da justiça dentro do processo e percepção de imparcialidade. O entendimento é que o caminho percorrido pelos expedientes é demasiado longo, o que acaba intensificando a desconfiança politica.

"Os principais problemas apontados são a morosidade processual e a percepção de politização, sobretudo nas instâncias superiores. A justiça eleitoral precisa de ser rápida e credível. Quando as decisões chegam tarde ou são vistas como politicamente alinhadas, o dano à confiança pública já está feito", destacou.

Por isso, propos-se a criação de uma jurisdição eleitoral especializada, através de um tribunal eleitoral permanente, composto por magistrados especializados e independente dos tribunais comuns. Esta solução visa conferir maior especialização e rapidez, mas implica opção aposta no fortalecimento do modelo actual, investindo na capacitação dos tribunais judiciais e do Conselho Constitucional, simplificando procedimentos e estabelecendo prazos mais rigorosos para a tramitação dos processos.



TRANSFORMAR ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REQUER UMA VISÃO NACIONAL CLARA

É necessário adoptar uma visão nacional clara de transformação e organização do Estado a médio e longo prazos para conseguir bons resultados para o funcionamento da Administração Pública. Esta é a visão de Edson Cortez, director do Centro de Integridade Pública (CIP), chamado a partilhar uma reflexão no pilar da Reforma e Modernização da Administração Pública no Dialogo Nacional Inclusivo. Para Cortez, o país precisa de abandonar os discursos e acções repetitivas e avançar para decisões estruturais concretas.

O investigador do CIP afirma que o problema central da Administração Pública não é técnico, mas político-institucional uma vez entender que o país enfrenta bloqueios estruturais que impedem reformas profundas por falta de vontade política. "Eu acho que em Moçambique não há vontade política para introduzir reformas na administração pública, porque convém a certas pessoas", declarou.

Sustentou ainda que o país precisa estruturar uma visão estratégica e nacional clara de médio e longo prazo, para eliminar todas as inconsistências no funcionamento do Estado. "Não temos uma perspectiva, uma visão global do que queremos ser como nação. Se você não sabe o que quer ser a médio e longo prazos, você também não vai saber que tipo de Administração pública quer ser", expressou.

Para reformar e modernizar a Administração Pública, Cortez Entre as recomendações apresentadas, destacou-se a necessidade de profissionalizar cargos estratégicos da administração pública. "É necessário que determinadas funções sejam por mérito, concurso público, e que acima de tudo não sejam removíveis por vontade política", defendeu.

Cortez criticou a prática de nomeações baseadas em conveniência partidária, especialmente em funções técnicas que deveriam garantir continuidade institucional, sugerindo incentivos e motivação na ausência de incentivos estruturais também foi apontada como um entrave à eficiência do Estado.

"O funcionário público não tem nenhum tipo de incentivos para trabalhar ou para ser servidor público no verdadeiro sentido da palavra. Devemos nos rever profundamente neste ponto para não frustrar quem é servidor do Estado", afirmou.

Segundo ele, a falta de previsibilidade salarial e de progressão na carreira desestimula o investimento em capacitação. "Se eu percebo que fazer aquele curso não significa necessariamente melhorar na avaliação, por que carga da água vou perder tempo a ir a uma capacitação?", questionou.

REFORMAS DEVEM ACOMPANHAR REALIDADE

O politólogo Jaime Macuane defende que ao projectar reformas reformas na Administração Pública, o país deve concentrar-se em resultados concretos e adaptados à sua realidade e abandonar a lógica sucessivas tentativas de modernização. Segundo o académico, fazer reformas não é copiar modelos por isso mesmo, devendo-se, por isso, evitar a importação acrítica de exemplos internacionais.

"Aparentemente o assunto pode ser tecnicamente resolvido de forma muito simples. É só ir lá pegar modelos, pegar consultores, vêm, fazem diagnóstico e trazem uma lista padronizada dos aproblemas", criticou.

Para Jaime Macuane, a modernização da Administração Pública deve partir das particularidades do país, sobretudo num contexto de forte dependência externa e presença de múltiplos actores na prestação de serviços públicos.

"A reforma da Administração Pública tem de olhar para aquele que é o âmbito do próprio sector de um país de acordo com as suas particularidades. Não precisamos copiar", explicou.

Macuane sublinha ainda que não basta reformar o aparelho estatal central, é preciso considerar a administração indireta, as autarquias, os órgãos descentralizados e até os actores privados e organizações que exercem funções públicas.

O académico colocou ainda uma sugestão central que é delimitar claramente o que se pretende reformar, decidir especificamente o que se pretende transformar.

"Quando nós estamos a dizer reforma da Administração Pública, estamos a falar de quê exatamente? Não estamos apenas a falar do que acontece no aparelho do Estado", expressou.

Recorrendo ao exemplo da carta de condução, contrastada com o passaporte ou o BI, o interveniente mostrou que, dentro da mesma administração, há padrões muito distintos de desempenho. "Reparem que é a mesma Administração Pública, mais ou menos a mesma tecnologia, mas diferentes serviços têm diferentes padrões de prestação", exemplificou.

A recomendação passa por melhorar a gestão organizacional, articulação de recursos e responsabilização interna, antes de simplesmente aumentar o orçamento ou contratar mais quadros.

O interveniente reconheceu avanços na descentralização desde os anos 1990, mas alertou que ainda persiste forte centralização em vários níveis.

Ao mesmo tempo, defendeu a importância da centralização financeira como resposta à crise fiscal e à dispersão de contas públicas. A sugestão é encontrar um equilíbrio, descentralizar serviços e decisões onde for possível, mas manter mecanismos eficazes de controlo financeiro para evitar o gasto excessivo e dependência excessiva de doadores.



RECUPERAR O MODELO DE ELEIÇÃO DIRECTA DE GOVERNADORES E AUTARCAS

O país precisa regressar ao modelo de sufrágio universal directo para a eleição dos presidentes das autarquias e a extensão desse modelo aos governadores provinciais como forma de conferir maior legitimidade aos processos eleitorais nacionais.

O antigo juiz conselheiro do Conselho Constitucional, Teodato Hunguana, no seu contributo para a Reforma Constitucional, sublinhou que as propostas concretas para refundação do Estado devem ser para reequilibrar o poder em Moçambique.

Destacou que qualquer reforma deve ter carácter sistémico e não meramente pontual. O objetivo central é reequilibrar a estrutura organizadora do poder político, garantindo maior separação funcional, fiscalização efectiva e responsabilização democrática.

Uma das propostas mais enfáticas foi o regresso ao sufrágio universal directo para a eleição dos presidentes das autarquias e a extensão desse modelo aos governadores provinciais. Segundo o jurista, a substituição da eleição directa pelo sistema de listas partidárias enfraqueceu a legitimidade democrática e aumentou a dependência dos titulares de cargos executivos em relação às direções partidárias.

Na sua visão, o cidadão deve voltar a escolher directamente os seus representantes executivos locais e provinciais, reforçando a responsabilização política e aproximando o poder das comunidades.

O outro eixo da proposta é o fortalecimento dos mecanismos de limitação do poder político. O orador alertou para o risco estrutural da concentração de poder e para a recorrência de debates em torno de flexibilização de limites, como mandatos e mecanismos de controlo institucional.

A revisão constitucional, segundo defendeu, deve caminhar no sentido contrário, consolidar travões institucionais, reforçar a fiscalização e impedir qualquer tentativa de erosão progressiva das garantias democráticas.

Foi igualmente defendida a necessidade de reavaliar o modelo de sistema de governo vigente, que ainda conserva traços históricos de forte centralização. A proposta passa por clarificar competências entre órgãos de soberania, reduzir ambiguidades constitucionais e reforçar o equilíbrio entre os poderes executivo, legislativo e judicial.



O enfoque não é a substituição abrupta do modelo, mas o seu aperfeiçoamento estrutural para garantir maior transparência, estabilidade e controlo democrático.

Em síntese, as propostas apresentadas apontam para três pilares fundamentais: devolver ao cidadão o poder de escolha direta nos níveis local e provincial, reforçar os limites constitucionais contra a concentração de poder e clarificar o sistema de governo para torná-lo mais equilibrado e fiscalizável.

REFUNDAÇÃO DO ESTADO

A PERTINÊNCIA DE UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE



A CRIAÇÃO de uma Assembleia Constituinte é a solução adequada para a reforma profunda da Constituição da República de Moçambique, não se tratando apenas de rever artigos ou introduzir ajustamentos pontuais mas de desencadear um verdadeiro processo de refundação constitucional.

Na sua intervenção, o constitucionalista Teodoro Waty defendeu que a Assembleia da República não deve voltar a assumir poderes extraordinários de revisão da Constituição, mesmo que o faça com maioria qualificada.

Segundo sustentou Waty, a legitimidade histórica e política de uma nova Constituição exige um órgão próprio, eleito especificamente para esse fim. A proposta é clara: convocar uma Assembleia Constituinte, órgão colegial, extraordinário e temporário, composto por representantes eleitos com mandato exclusivo para elaborar, discutir e aprovar uma nova Constituição. Após concluir a sua missão, essa assembleia seria dissolvida, permitindo que o funcionamento regular das instituições se mantenha intacto.

Para Teodoro Waty, essa separação entre poder constituinte e poder legislativo ordinário é fundamental para evitar que a Constituição continue dependente das maiorias parlamentares do momento. A nova Lei Fundamental, defende, deve nascer de um pacto político mais amplo e participativo, capaz de projetar o futuro do país.

"Quem faz a Constituição deve pensar no país que queremos ser, e não apenas nas fragilidades do presente", disse.

O académico argumenta que apenas um processo constituinte originário poderá conferir maior densidade democrática ao sistema político, fortalecer o Estado de Direito e reduzir os ciclos de contestação que têm marcado os processos eleitorais.

Ao colocar a Assembleia Constituinte como proposta central, o jurista sustenta que Moçambique precisa de um novo momento de fundação, um processo que envolva amplamente a sociedade e que produza uma Constituição menos declarativa e mais exigível pelos cidadãos.

A defesa da Assembleia Constituinte surge, assim, como um chamado à coragem política e à inovação institucional, com o objetivo de estabelecer bases mais sólidas, legítimas e duradouras para a organização do Estado moçambicano.

Explica ainda a convocação de uma Assembleia Constituinte não deve ser vista como ruptura institucional, mas como aprofundamento democrático. O Governo, o Parlamento, os tribunais e a Administração Pública continuariam a funcionar normalmente enquanto um órgão específico se dedicaria exclusivamente a repensar os fundamentos do Estado, garantindo maior legitimidade política e participação cidadã no processo.

Ao insistir nesta via, Teodoro Waty coloca o debate num plano estrutural: ou o país opta por uma revisão limitada e circunstancial, ou assume a oportunidade histórica de redefinir o seu pacto constitucional. A Assembleia Constituinte, na sua perspetiva, representa essa oportunidade de transformar o diálogo nacional num verdadeiro momento fundacional da República.

GOVERNAÇÃO E OPÇÕES DE POLÍTCIAS IMPÕEM REFORMAS COORDENADAS

O caminho para a recuperação económica em Moçambique será consequência directa da forma como o Estado governa e das políticas implementadas na gestão os recursos públicos, buscando reformas coordenadas. O economista Ângelo Mondlane, convidado a reflectir sobre este tema no pilar sobre Assuntos Económicos no Diálogo Nacional Inclusivo, é pragmático e defende que estas reformas não são neutras nem automáticas.

"O crescimento económico não funciona no vazio. A forma como os processos políticos são conduzidos, a previsibilidade das decisões e a estabilidade institucional têm impacto directo na produção, no comércio e emprego", defende.

Destacou ainda que para Moçambique conseguir formar um ambiente favorável para o crescimento económico é fundamental que a confiança de investidores, empresários e cidadãos esteja alta e as tensões pós-eleitorais, incerteza institucional e fragilidade do Estado podem colocar os avanços em o jogo.

No percurso para a recuperação económica, Mondlane recomenda que o país elabore um plano credível de consolidação fiscal para assegurar previsibilidade nos pagamentos do Estado, incluindo salários e fornecedores. Devendo ainda controlar despesas públicas de forma rigorosa, garantindo que cortes não comprometam sectores sensíveis como saúde, educação e proteção social.

"As reformas não são neutras nem automáticas. Exigem liderança política, sensibilidade social e um diálogo honesto com a sociedade", defendeu.

O economista sublinhou igualmente a necessidade de implementar medidas para aliviar a escassez de divisas, que é um dos principais entraves ao normal funcionamento da economia nos últimos tempos no país, pois são essenciais para o funcionamento do comércio e das empresas locais e promover políticas que incentivem a poupança, investimento doméstico, reduzindo a vulnerabilidade a choques externos.

Ângelo Mondlane propõe ainda reformas estruturais para médio prazo que passam por modernizar sectores-chave, entre os quais a agricultura, industrialização, energia, infra-estruturas e integração regional assim como criar um Estado mais eficiente, menos burocrático, transparente e orientado para resultados.

"Sem uma estratégia política clara para reconstruir a confiança interna e externa corre-se o risco de aprofundar a exclusão e o conflito", alertou, ao mesmo tempo que apelou ao reforço da coordenação entre as políticas fiscal, monetária e cambial para aumentar a estabilidade macroeconómica assim como garantir prestação de contas e autonomia efectiva de instituições de controlo democrático, como o Parlamento e o Tribunal Administrativo.



POR UMA MELHOR DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO

A revisão do modelo de transferências económicas do governo central para o provincial é essencial para garantir que os recursos sejam usados para as necessidades locais e garantir que as regiões mais pobres recebam maior despesa pública "per capita". Esta visão é partilhada pelo economista Constantino Marrengula, que apoia a ideia de reforço da autonomia financeira dos distritos, províncias e municípios para garantir que decisões de investimento respondam às necessidades locais.

"Temos menor despesa pública 'per capita' onde há maior pobreza e maior concentração orçamental onde, em princípio, os indicadores são melhores. Isto precisa de ser profundamente repensado", sublinhou.

DESALINHAMENTO ENTRE LEIS E NECESSIDADES DA ECONOMIA

Marrengula defende reformas estruturais para impulsionar a economia de Moçambique e sublinha que o país enfrenta um desalinhamento profundo entre leis, políticas públicas e necessidades reais da economia. Para ele, sem mudanças estruturais, o país continuará a desperdiçar recursos e a agravar a pobreza.

"Sem corrigirmos os incentivos associados às regras de jogo fiscais e monetárias, será sempre difícil promover o desenvolvimento e combater a pobreza", afirmou, ao explicar que a economia reage sobretudo aos incentivos que o sistema cria.

Dentre as recomendações centrais de Marrengula constam transformar a natureza da despesa pública e priorizar investimento sobre consumo. Sublinha ainda a necessidade de canalizar recursos para sectores estratégicos que gerem impacto directo na economia e na redução da pobreza. Evitar que excedentes produzidos pela economia saiam do país sem apropriação nacional é outra sugestão.

"Produzimos excedentes, mas eles acabam por sair do país. Sem apropriação nacional desses excedentes, o desenvolvimento torna-se impossível", aponta.

O rol de reformas apresentadas pelo economista inclui ainda revisar política monetária e taxas de juro, rever a lei orgânica do Banco Central e os incentivos que orientam a sua actuação.

Propôs ainda reduzir taxas de juro para facilitar acesso ao crédito, principalmente para micro, pequenas e médias empresas e criar mecanismos que estimulem poupança interna e expansão do investimento nacional.

Sublinha ainda ser necessário fortalecer o empresariado nacional e compras locais para além de incentivar a propriedade de negócios por moçambicanos, especialmente em distritos e províncias. "Sem apropriação nacional desses excedentes, o desenvolvimento torna-se impossível", reforçou Marrengula.



DIÁLOGO NACIONAL INCLUSIVO





















ENDEREÇO:
Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC)
Av. Marginal, nº 1251, 2º andar, Bloco "A", Edifício Jardim Centenário, Maputo - Moçambique.

CONTACTOS:
(+258) 82 304 9946 | (+258) 84 398 3782
masc@masc.org.mz | www.masc.org.mz

FUNDAÇÃO MASC
Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil